O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 65 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15616051

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

A CONTRA NARRATIVA NO PENSAMENTO DE DARCY RIBEIRO, FERREIRA GULLAR E RAUL ELLWANGLER

Adriana Iop Bellintani[1]

Sueli Sampaio Damin Custódio[2]

Resumo

Este estudo aborda a fuga da intelectualidade brasileira para o Chile, durante o período da ditadura militar no Brasil. O governo de Salvador Allende no Chile, de 1970 a 1973, colocou em prática o programa político estabelecido pela Unidade Popular e defendeu a democracia e a autonomia dos povos. Nesse período, o Brasil estava sob o governo militar, tendo Ernesto Garrastazu Médici como presidente, e os elementos opositores ao regime foram sendo pouco a pouco calados. Alguns permaneceram no país, mas outros buscaram proteção no exterior. O objetivo do trabalho é identificar alguns intelectuais que migraram para o Chile devido aos desígnios políticos do Brasil e entender a acolhida oferecida pelo governo chileno. A pesquisa é qualitativa e usa como metodologia a análise histórica documental. Entre as fontes utilizadas, destacamos o uso de documentos diplomáticos, discursos políticos, obras literárias e pesquisa bibliográfica de artigos científicos em revistas especializadas. O referencial é a teoria do discurso social, visto que os intelectuais, a partir de seu contexto histórico e social e principalmente de seu local de fala, edificaram suas obras e narrativas. O levantamento histórico documental permite analisar a ideologia do governo Allende, no Chile, e a recepção dos intelectuais brasileiros que buscavam exílio. Com base na análise da produção literária de Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Raul Ellwangler, destacamos a importância do lugar de fala, da ideologia e da ação empreendida por meio da escrita. O resultado da pesquisa permite concluir que o Governo da Unidade Popular no Chile foi importante por acolher os intelectuais brasileiros durante o período militar e permitir que suas vozes reverberassem a resistência política contra a ditadura.

Palavras-chave: Brasil; Chile; Cultura; Ditadura; Intelectuais.

Abstract

This article addresses the escape of Brazilian intellectuals to Chile during the military dictatorship in Brazil. Salvador Allende's government in Chile, from 1970 to 1973, implemented the political program established by the Popular Unity movement and defended democracy and the autonomy of the people. During this period, Brazil was under military rule, with Ernesto Garrastazu Médici as president, and the elements opposing the regime were gradually silenced. Some remained in the country, but others sought protection abroad. The objective of this work is to identify some intellectuals who migrated to Chile due to Brazil's political designs and to understand the welcome they received from the Chilean government. The research is qualitative and uses historical documentary analysis as its methodology. Among the sources used, we highlight the use of diplomatic documents, political speeches, literary works and bibliographic research of scientific articles in specialized journals. The reference is the theory of social discourse, since intellectuals, based on their historical and social context and mainly on their place of speech, constructed their works and narratives. The historical documentary survey allows us to analyze the ideology of the Allende government in Chile and the reception of Brazilian intellectuals who sought exile. Based on the analysis of the literary production of Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar and Raul Ellwangler, we highlight the importance of the place of speech, ideology and action undertaken through writing. The result of the research allows us to conclude that the Government of Popular Unity in Chile was important for welcoming Brazilian intellectuals during the military period and allowing their voices to reverberate in political resistance against the dictatorship.

Keywords: Brazil; Chile; Culture; Dictatorship; Intellectuals.

[1] Professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Email: adrianaiopb@yahoo.com.br

[2] Professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: smdamin@ita.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a resistência política realizada por alguns intelectuais e artistas brasileiros no Chile, enquanto estavam exilados, durante o governo do presidente Salvador Allende (1908-1973) no período de 1970 a 1973. Enquanto a maioria dos países sul-americanos foram se militarizando, o Chile se mantinha um governo de esquerda e mostrava disposição em receber refugiados políticos vindos do Brasil e de países latino-americanos.

A década de 1970, no contexto internacional, estava dominada pela Guerra Fria e pela corrida armamentista e espacial. Grande parte dos países da América do Sul, nesse contexto, realizou alinhamento ideológico e militar com os norte-americanos, tendo algumas raras exceções como o Chile e o Peru. As ditaduras instaladas estavam fortemente ideologizadas e passaram a reprimir os movimentos em defesa dos valores e das ideias de esquerda ou que eram oposição ao regime instalado.

Em nosso país, as perseguições nas universidades e no meio estudantil se endureceram e muitos intelectuais e artistas filiados ou não filiados aos partidos de oposição tiveram que deixar o Brasil. Entre 1970 e 1973, o Chile era um dos destinos certeiros para proteção e manutenção das atividades de resistência. Após esse período, o golpe militar realizado no Chile em 11 de setembro de 1973 obrigou nova movimentação dos refugiados políticos.

O objetivo principal dessa pesquisa é mostrar a importância do acolhimento do governo chileno para os intelectuais brasileiros que necessitavam de apoio político para continuarem a sua mobilização, bem como apresentar a produção realizada por essa intelectualidade em meio à forte crise política que abalava toda a América Latina. Mediante as condições pouco amigáveis da política brasileira em virtude da centralização política, muitos intelectuais se viram forçados a deixar o Brasil. O Governo de Allende representou para muitos brasileiros uma segurança para prosseguirem com as atividades intelectuais e de resistência.

Essa pesquisa foi realizada utilizando o método histórico analítico, tendo como base primordial o uso de fontes primárias obtidas a partir de arquivos históricos como o Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília, e o Arquivo da Biblioteca Nacional do Chile, onde foram pesquisados o material da pasta Memória Chilena. Alguns sites especializados foram pesquisados para ter acesso às entrevistas dos três intelectuais selecionados para a confecção do texto, conforme as referências bibliográficas destacam. A pesquisa secundária também muito auxiliou para a caracterização do período em tela, contando com vasta literatura em livros, periódicos e revistas.

As fontes históricas foram utilizadas para contextualizar o período histórico no Brasil e no Chile de Allende, compreendendo suas bases ideológicas. O arcabouço literário analisado foi produzido

justamente no recorte temporal dessa pesquisa, o que permitiu a escolha pelo marco teórico do discurso social com base na obra de Angenot.

O período militar e seus desdobramentos no campo intelectual e cultural brasileiro é ainda um tema que merece maior reflexão e pesquisas. Dessa forma, trabalhamos para mostrar a movimentação dos intelectuais rumo ao Chile, os pontos de apoio que contaram no exterior e as formas de se manterem ativos que encontraram no meio chileno para seguirem nessa luta ideológica. Assim, defendemos a proposição de que o período de acolhimento no Chile representou um fôlego na luta da intelectualidade brasileira para fazer frente à militarização política.

Para melhor tratarmos dessa importante temática, subdividimos este texto em três seções, sendo que a primeira aborda os aspectos culturais e intelectuais, estabelecendo conceitos básicos de cultura, contracultura e modelo cultural, mostrando a resistência dos intelectuais brasileiros ainda no Brasil. Elucida aspectos como o referencial teórico que abarca as formas de expressão encontrada pelos intelectuais para manterem suas ideias, as disputas no setor internacional e tem como marco referencial a teoria do discurso social.

A segunda seção trata sobre a política chilena com a chegada ao poder de Salvador Allende, a sua saída pelo desfecho do golpe militar e a imposição de Augusto Pinochet ao poder. A seção aborda o programa de governo de Salvador Allende definido pela Unidade Popular (UP) e seu direcionamento no campo da política interna, externa, da economia e da cultura.

A terceira e última seção se debruça sobre a recepção dos brasileiros exilados no Chile, sua movimentação e a produção artística e literária enquanto Allende ainda era o presidente do país. Para tal, escolhemos três nomes importantes para nossa produção artística e intelectual que são: Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Raul Ellwangler.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O referencial teórico utilizado é a teoria do discurso social, tendo por base os textos do pensador Marc Angenot. Essa teoria defende que, por meio do discurso social, é possível identificar a realidade na qual o sujeito está inserido e, assim, conseguimos compreender o período histórico e o pensamento vigente, como bem afirma Angenot (2008, p. 18-19):

> Le discours social, avais-je théorisé jadis, a le «monopole de la représentation de la réalité», cette représentation de la réalité qui contribue à faire la réalité et l'histoire. C'est justement parce que c'est affaire de «monopole» que le discours social d'une époque semble adéquat comme reflet du réel puisque «tout le monde» voit le réel et le moment historique à travers lui plus ou moins de la même façon, parce que les litiges s'appuient sur des lieux communs.

A questão do local comum é muito importante para elaborarmos considerações acerca da produção intelectual realizada no período. Quais são as temáticas e as visões de mundo desses intelectuais refugiados? Qual era o local comum no qual estavam inseridos? E principalmente precisamos entender qual era o pensamento hegemônico, como elucida Angenot (2010, p. 43): "la hegemonía se presenta como una temática con conocimientos de aparatos, "problemas" parcialmente preconstruidos, intereses ligados a objetos cuya existencia y consistencia no parecen ofrecer dudas, ya que el mundo entero habla de ellos".

A argumentação, a retórica e o discurso são temas caros para entendermos a resistência e a contrarresistência, o discurso que legitima governos e se torna uma versão hegemônica no meio social, uma narrativa em si, dita e reafirmada como única verdade, ao passo que outras vozes tentam se erguer apontando em direção oposta e destoando do discurso hegemônico governamental. Para tal, se faz necessário e urgente compreender o processo de construção dos discursos governamental, político, artístico e revolucionário.

A teoria do discurso social é uma base teórico filosófica importantíssima para embasarmos os estudos sobre as narrativas e suas formas de transcender o "dito". E segundo Angenot (2008, p. 52): *"Nul n'est innocent pour le militant révolutionnaire, parce que, d'une façon pascalienne («remise sur ses pieds»), nous sommes embarqués dans les luttes de notre temps*". Todos nós estamos inseridos nas lutas de nosso tempo e a leitura dos fatos e das interpretações estão diretamente associadas às escolhas políticas. Toda a linguagem é ideológica, como bem defende Angenot (2010, p. 27): *"(...) la ideologia está en todas las partes, en todo lugar (...)"*.

Tendo a ideologia por base, a linguagem é uma forma prática de ação social. Fairclough (2008, p. 90-91) afirma que o discurso é "um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação". E aponta para uma "relação dialética entre o discurso e a estrutura social". O discurso é uma prática de garantir a hegemonia e, com ele, o domínio social.

Partimos do pressuposto de que as ideologias são construções sociais que se conectam diretamente à realidade vivida pelo sujeito que pratica a ação, dando sentido e formatação aos discursos que podem expressar a voz dominante ou a dominada por meio da palavra empregada, como afirma Volóchinov (2017, p. 181):

> Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana. É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano.

A palavra é o principal instrumento formador do discurso, e seu emprego não possui elasticidade como outras formas de manifestação cultural e social. A palavra é a base, a ferramenta da ideologia e, segundo análise de Volóchinov (2019, p. 236):

> O escultor pode dar ao mármore ou à argila qualquer forma, pode mudar a seu gosto suas menores partes, obedecendo a sua fantasia criativa ou um plano pensado nos mínimos detalhes. Entretanto, a palavra não possui essa flexibilidade e maleabilidade exterior. Ela não pode ser nem alongada, nem encurtada, tampouco é possível atribuir-lhe, por vontade própria, uma significação inadequada, totalmente outra.

Assim, a linguagem figura como um meio de interação, uma simbologia que permeia o discurso e a realidade. O conteúdo, o sentido e a forma na escrita ao serem analisados nos permitem entender o lugar de fala e seu contexto social. O lugar tem grande significado sobre a produção, como bem destaca Ribeiro (2019, p. 39): "O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas (…). Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade".

Todo discurso é ideológico, mas precisamos entender o lugar de fala. A ideologia propagada é de quem domina ou de quem está sendo dominado? Faz-se necessário entender como os argumentos estão articulados, desarticulados ou rearticulados na escrita, como reverbera Fairclough (2010, p. 227): "Uma ordem de discurso é a estruturação social da diferença semiótica: um ordenamento particular das relações entre diferentes formas de produzir sentido".

No período do governo militar no Brasil, viveu-se em meio a uma dicotomia entre o discurso hegemônico que defendia os interesses governamentais e, de outro lado, o discurso revolucionário que clamava por resistência. Esse antagonismo cria uma mobilidade de discursos. Nas palavras de Bakhtin (2015, p. 48):

> O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios, entrelaça-se em suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros; e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística.

Assim, a teoria do discurso social elaborada por Angenot oferece o suporte adequado para as ideias defendidas nessa pesquisa, destacando a importância da palavra, da cultura, da ideologia, do discurso hegemônico e de resistência, e principalmente salientando o lugar de fala e como o lugar interfere na produção escrita e no movimento entre os discursos.

A CULTURA NO FRONT: A NARRATIVA HEGEMÔNICA E A CONTRANARRATIVA

A cultura e todas as manifestações que dela advém são o primeiro passo para entendermos e conhecermos um povo, uma civilização e principalmente um contexto histórico e político. A cultura e seus múltiplos símbolos estão presentes no cotidiano dos indivíduos, dos governos e das nações. De acordo com Leslie White (1949), sem o símbolo não haveria cultura, daí a importância e a necessidade de primeiramente conceituarmos esse termo.

O antropólogo Edward Tylor (1889, p. 35) nos apresenta a cultura como um "complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". A natureza ou o fato natural é modificado pelo homem que, ao empregar determinação, cria o símbolo.

A cultura, além de caracterizar um modo de vida, é uma maneira de pensar e uma geradora da própria mentalidade de um povo, se fazendo presente nas mais variadas formas de estruturação jurídica, organizacional, institucional e normativa. A cultura se localiza na base do pensamento e das ideologias: mesmo sem a percepção direta e consciente de seus integrantes, ela está posta e atuante. De acordo com Geertz (2008, p. 04): "Acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado".

O homem cria a cultura e sofre sua ação, assim a cultura significa a afirmação de uma identidade específica, que pode ser bastante variada e se tornar um campo de fortes pressões e embates, pois quanto mais prática, menos conciliatória. E nesse conjunto de significados, além da construção de identidade, ocorre concomitantemente a construção de um modelo cultural.

O modelo cultural são os códigos culturais e as leis que, ao serem decifradas, inserem o indivíduo dentro de um determinado modelo de regras de convívio social. Os recortes de realidade e seu significado levam diretamente ao entendimento do modelo cultural, dotado de significados em todos os cenários da atividade humana.

A cultura que é passada de geração para geração leva a uma estagnação, que chamamos de tradição. Mas a tradição é inventada e pode sofrer rupturas, ou seja, implica continuidade e descontinuidade. Ao construirmos a identidade cultural, estamos automaticamente gerando uma tradição. Segundo os estudos de Handler e Linnekin (1984, p. 279), "A tradição é inventada porque é necessariamente reconstruída no presente [seletivamente], apesar do entendimento de alguns participantes de tais atividades como sendo preservação antes que invenção".

O coletivo escolhe o que é importante e deve ser mantido na base social. Assim, entendemos cultura como ação, reação, movimento, ruptura e transformação, visto que o homem constrói sua identidade cultural e inventa a sua tradição, num ciclo constante e ativo de cultura, identidade e tradição.

A sociedade estrutura-se, tomando como referência essa identidade cultural, constituída por valores afins, tais como tradições, hábitos e costumes, enfim, por tudo aquilo que faz dos indivíduos uma parte integrante de uma nação, que aponta para o que eles têm em comum, e possibilita que eles se identifiquem reciprocamente. Nessa perspectiva, a diferença sempre representa uma ameaça, razão pela qual a cultura não a admite. Os indivíduos nascem no interior de uma cultura, transmitida de geração para geração: estão, pois, imersos nessa cultura, bem como na língua que a traduz e expressa (REBOULLET, 1973).

Embora o indivíduo exista em uma sociedade, ele pode aprender valores diferentes. De acordo com a classificação de Reboullet (1973, p. 34), a cultura pode ser existencial ou conceitual. “A cultura ensinada é essencialmente uma cultura ausente, porque o ensino é realizado no seio da cultura própria do indivíduo”. É preciso considerar que o indivíduo, ao nascer, recebe a cultura materna, mas que, posteriormente, lhe são ensinados valores advindos de outras instituições, tais como a escola e a universidade.

Esses valores advindos de diversos matizes constituem o modelo cultural que fornece a estrutura de conduta a ser seguida. Um modelo é desenvolvido e transmitido por intermédio de códigos que, quando decifrados, comprovam o grau de aprendizado do indivíduo. Identificados os códigos veiculadores do modelo, o passo seguinte é em direção à imagem, parte mais ampla do processo, pois ela se constitui em um sistema de valores; é ela quem define a noção de certo e errado que o indivíduo, em interação com o modelo, vai adotar.

A cultura, enquanto fundamenta e alicerça a vida em sociedade, também está diretamente associada ao poder, tanto no campo nacional, quanto no internacional. A estratégia cultural defende a identidade sociocultural contra a diferença, como constata Bordieu (2004, p. 189): “a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça”. De acordo com os objetivos de um determinado governo, pode ocorrer a descontinuidade da cultura ou a sua ruptura.

O particularismo histórico mostra que cada povo ou cada cultura trilha seu caminho, que tem suas diferenças ancoradas nos eventos históricos aos quais foram submetidos. A história está em contínuo movimento, assim como a cultura, a identidade e a tradição. Dito isso, precisamos analisar o contexto histórico e suas particularidades para entendermos a política interna e externa de um determinado país ou região.

O contexto histórico e suas particularidades é composto pela narrativa, que se torna hegemônica, pela repetição das palavras que produzem um significado, como bem elucida Kakhtin (2013, p. 232): "A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro (…)".

A palavra ao ser dita manifesta um conteúdo ideológico, pois toda narrativa e comunicação possui significado que transcende o seu caráter conotativo, conforme destaca Volóchinov (2017, p. 181): "A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana. É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano". Ou seja, a palavra é a base da narrativa e da cultura dos povos.

Cada governo tem uma forma diferente de tratar e entender a cultura e consequentemente de direcionar seu modelo cultural. A cultura está no cerne da ideologia e do discurso social. Em momento de centralização administrativa, como nas ditaturas latino-americanas, o campo cultural sofreu uma série de novos direcionamentos. Enquanto alguns intelectuais, escritores, músicos, poetas, economistas eram perseguidos, outros entram em evidência e fomentam a chamada indústria cultural. E nesse cenário o Chile, de Salvador Allende, tornou-se o porto seguro para muitos intelectuais da América Latina.

No Brasil, com o ímpeto de modernização nacional, a interpretação nacional-burguesa liquidou a visão agrário-mercantil à medida que a industrialização crescia no país. A guinada política de 1964, por sua vez, reinterpretou a abordagem nacional-burguesa automaticamente, na medida que sua proposta era o rompimento definitivo da aliança entre burguesia, proletariado e tecnocratas. O governo pós 64 representou a unificação da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal sob a proteção do imperialismo multinacional.

A interpretação autoritário-modernizante é industrializante, substituidora das importações. Ela está baseada em duas ideias-chave: desenvolvimento econômico e segurança nacional, e em uma aliança política entre burguesia, tecnoburocracia e multinacionais. Ela tem caráter capitalista ao defender a livre empresa, tecnoburocrata ao privilegiar o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia ao regular e produzir bens e serviços.

O discurso popular e nacionalista desaparece devido à aliança com as multinacionais e à exclusão dos trabalhadores do pacto social, pois a segurança nacional é utilizada contra os trabalhadores de esquerda. Entre os formuladores dessa doutrina estão Golbery do Couto e Silva e Roberto de Oliveira Campos, um tecnoburocrata que defendia o planejamento econômico estatal como contrapartida à debilidade da iniciativa privada.

Neste período a esquerda surge com a interpretação funcional-capitalista, tendo como dois dos seus representantes Caio Prado Junior com a obra 'A Revolução Brasileira' e Boris Fausto, que escreveu 'A Revolução de 1930'. Essas interpretações são autônomas sem estarem subordinadas à burguesia. Podemos ainda citar as interpretações de superexploração imperialista representada por André Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

A interpretação da nova dependência leva em consideração fatos novos, quando Fernando Henrique Cardoso, com a tese da teoria da dependência, busca demonstrar que os determinantes externos – ou seja, o imperialismo – estão relacionados com as estruturas de classe e ao modo de produção. A dependência não é uma variável externa. Ela reconhece o fato novo, as corporações multinacionais. A interpretação recusa a visão imperialista e fala sobre a nova forma de imperialismo: multinacionais aliadas à burguesia local.

A união da burguesia industrial ao agrário-mercantil fez uma guerra de posição contra a decadência da agricultura exportadora, o revigoramento dos sindicatos e a Revolução Cubana, a qual amedrontou a burguesia. Nesse interim, a indústria cultural e a modernização capitalista – com a lógica quantitativa da produção de valores de troca – subjugam os valores qualitativos do trabalho intelectual.

No Brasil, a parcela dos intelectuais e da classe artística contrários ao novo regime direcionam suas obras e seus talentos na resistência ao novo modelo político, econômico e cultural imposto pelo governo militar. A resposta contra os insurgentes não tardou e a fuga desses talentos foi inevitável. A Universidade de São Paulo, no início de 1969, foi uma das instituições de ensino que sofreu com número significativo de exilados para o Chile e para outros países latino-americanos e europeus.

Os intelectuais brasileiros buscavam liberdade de expressão e o Chile de Allende, em especial, além de garantir essa liberdade, oferecia também trabalho em suas instituições de pesquisa e em universidades. O governo de Salvador Allende transformou o Chile num país receptor de intelectuais e militantes em fuga, não apenas brasileiros, mas também outros representantes latino-americanos, visto que a onda autoritária passava um rolo compressor sobre o continente.

Do ponto de vista intelectual, o Chile, sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desde a sua criação em 1948, representou um lugar de passagem obrigatório para os economistas brasileiros. De acordo com Wasserman (2012, p. 87): "a presença ostensiva de ideais nacional-desenvolvimentistas entre os intelectuais latino-americanos, sobretudo, os chilenos (…) ofereciam amparo às instituições que apoiavam essas ideias". Celso Furtado, economista e intelectual, adepto dessa escola de pensamento econômico para o Terceiro Mundo, ficou exilado na França, enquanto Fernando Henrique Cardoso, Francisco Wefort e Maria da Conceição Tavares permaneceram exilados no Chile até setembro de 1973.

No firme propósito por parte do governo militar de barrar as ideias marxistas nas universidades brasileiras, muitos professores acabaram se aposentando ou tendo que se exilar em outros países. A partir da radicalização do regime, em dezembro de 1968, uma nova onda de repressão e de controle das instituições de ensino precipita a partida de uma parte desses professores. Do mesmo modo, no Chile, após o golpe de estado de 11 de setembro de 1973, universidades são fechadas e seus antigos dirigentes substituídos por militares.

A repressão na Universidade de São Paulo, no início de 1969, provoca uma onda de exílio em direção ao Chile. A experiência socialista da Unidade Popular atrai, particularmente, os intelectuais brasileiros ávidos por liberdade de expressão. Além do interesse pela política, o Chile propicia a esses professores condições de emprego em suas instituições de pesquisa e em universidades, e acima de tudo, possuía um núcleo de estudos comungando do mesmo pensamento econômico, como elucida Wasserman (2012, 87): "O Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), na Universidade do Chile, e o Centro de Estudos Regionais e Nacionais (CEREN), na Universidade Católica do Chile, fundado em 1967, eram contraponto para as investidas liberais". Durante o período do governo de Allende, esse país transforma-se em uma espécie de "salvaguarda" onde se misturam intelectuais latino-americanos, *intelligentsia* francesa e militantes de esquerda das mais diversas partes do mundo.

O CHILE SOB O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE

Em 17 de dezembro de 1969, havia seis partidos que formaram a coalizão Unidade Popular, liderada por Salvador Allende. Esses seis partidos eram: Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Radical, Partido Social-Democrata, Movimento de Ação Popular Unitária e Ação Popular Independente. Eles uniram-se em torno de um programa de desenvolvimento social e o utilizaram em sua campanha para a presidência da República, em 4 de setembro de 1970.

Em 1970 Salvador Allende se candidatou para a presidência da República Chilena e tinha em seu programa de governo uma pauta com grandes modificações. As suas chances de vitória no pleito eram significativas mediante a coalizão realizada entre os partidos da esquerda chilena.

Nesse momento, de forte intensificação da Guerra Fria e da corrida armamentista, os Estados Unidos demostravam ser o principal tutor dos países latinos e estavam encerrando a Guerra do Vietnã, na presidência de Richard Nixon, tendo a atenção voltada para a área do Pacífico e, como bem destaca Dreifus, (1987, p. 219) não havia em Washington um clima de "urgência ou pânico em relação a uma possível vitória da Unidade Popular".

A coalização da UP estudou os problemas chilenos, elencando: a crise econômica como fruto do imperialismo estrangeiro com o apoio da burguesia nacional que usava o potencial hidrelétrico e mineral do país; falta de democracia e violência; a política, a economia e a imprensa dominadas pela elite empresarial; e o latifúndio como causador da pobreza generalizada e da fome. O programa da Unidade Popular apontava que a única forma de terminar com esse quadro de problemas*: "es terminar con el dominio de los imperialistas, de los monopolios de las oligarquias terrateniente e iniciar la construcción del socialismo en Chile*" (CHILE, 1969).

O governo previa a instituição de um governo popular, baseada em autonomia e democracia e a defesa nacional estava baseada em impedir o avanço do imperialismo, incentivo à tecnologia e à ciência militar. No campo da economia, defendia reforma agrária, desenvolvimento por meio de planificação econômica e se libertar da dependência do capital estrangeiro.

A política externa estava voltada para a defesa da autodeterminação dos povos, democracia e maior independência política para o Chile, se contrapondo às ações da Organização dos Estados Americanos (OEA), que era considerada pela UP como um mecanismo de controle do imperialismo internacional e luta pelo panamericanismo. Condenava o colonialismo e o neocolonialismo e se manifestava contra as intervenções norte-americanas (CHILE, 1969):

> La política internacional chilena debe mantener una posicion de condena a la agresion norteamericana en Vietnam y de reconocimiento y solidaridad activa a la lucha heroica del pueblo vietnamita. Del mismo modo se solidarizara en forma efectiva con la Revolucion Cubana, avanzada de la revolucion y de la construcion del socialismo en el continente latinoamericano.

No que tange à América Latina, a Unidade Popular defendia a integração entre os estados latinos para a consolidação do desenvolvimento regional, bem como a diminuição da hegemonia norte-americana sobre os países, por meio da OEA.

Tao logo tomou posse, Allende realizou algumas propostas que estavam previstas no programa da Unidade Popular. Entre elas, destacamos a desapropriação de 50% das terras agrícolas para fins de Reforma Agrária e a nacionalização das minas de cobre. Essas medidas foram adotadas em defesa do capital nacional e foram realizadas sem o pagamento de qualquer indenização às firmas que exploravam os recursos.

Tais atitudes desagradaram muito os norte-americanos, visto que a grande parte das empresas que se beneficiavam dos lucros do cobre e do uso agrário eram estrangeiras. Ainda não satisfeito, Allende travou uma luta contra o monopólio capitalista privado e passou a nacionalizar os bancos e outras empresas. Era o que a Unidade Popular chamava de democratização dos meios de produção.

Como bem reverbera Aggio (1993, p. 19), estas medidas, além de frear o imperialismo econômico no Chile, visavam também defender os interesses da população de maneira geral:

> (...) garantir o emprego a todos, com remuneração adequada, libertar o Chile da subordinação do capital estrangeiro, possibilitar um crescimento econômico rápido com o máximo das forças produtivas, ampliar e diversificar as exportações, abrindo novos mercados, e promover a estabilidade monetária.

O Chile se tornou membro do Movimento dos Não Alinhados (MNA) em 1971, unindo-se a Cuba, que até esse momento era o único país latino-americano a ser membro pleno. Entre os principais pontos de debate do grupo estava justamente o questionamento sobre o imperialismo, a Guerra Fria, os alinhamentos diretos aos países dos blocos e principalmente pensavam sobre a Nova Ordem Econômica Internacional. A luta anticolonialista e antineocolonialista guiavam os países do terceiro mundo, principalmente na defesa de seus produtos minerais, pois defendiam o desenvolvimento da indústria nacional e, no caso do Chile, era latente o potencial que possuíam em reservas de cobre, salitre e ferro. De acordo com Bernal-Meza (2003, p. 251), a política externa do Chile se baseava:

> (…) en el respeto al sistema jurídico internacional y en la importancia de la unidad y cooperación política entre los países em desarollo como sus componentes fundamentales, promocionaba un lugar dentro del sistema internacional que aseguraba a un país pequeño los recursos “ideales” de política y una defensa contra el “realismo” del poder.

No campo cultural, o programa da Unidade Popular defendia o surgimento de uma cultura popular, voltada para as massas, com maior aporte de créditos para que as universidades, além de desenvolverem ensino, pesquisa e extensão, também se mobilizassem para o enfrentamento dos problemas nacionais. Os meios de comunicação eram considerados primordiais para a difusão do programa de governo e também para ancorar as metas da política cultural de largo alcance em meio a população. A popularização da cultura necessitava atingir maior número de pessoas pelos meios de comunicação de massa, conforme anunciava o Programa: “El sistema nacional de cultura popular se preocupara especialmente del desarrollo de la industria cinematografica y de la preparation de programas especiales para los medios de comunicacion”.

O Governo da Unidade Popular se preocupava com a ação empreendida pelos grupos estrangeiros na expansão cultural em direção ao Chile, pois ocorria a exportação de modelos culturais que forçavam a criar um comportamento de subordinação. E pensava inclusive que havia uma manipulação para beneficiar os artistas e intelectuais como um estamento, que formava uma classe de

elite cultural que se sobrepunha às demais camadas populacionais. Daí a necessidade de incentivar a formação de uma cultura popular alicerçada nos meios de comunicação de massa.

A ideia era acabar com o modelo paternalista de transferência cultural, que estabelecia as pessoas mais carentes como agentes passivos e receptores de uma cultura pronta. O povo era tratado como um grande consumidor dos produtos culturais dentro da superestrutura social, na perspectiva burguesa de pensamento. Os artistas e escritores não podiam mais adotar postura de neutralidade em sua tarefa, ou seja, o posicionamento ideológico seria cobrado. Os intelectuais e artistas passam a serem vistos como agentes protagonistas na nova política cultural chilena, eles são orientadores e críticos na defesa da cultura popular.

No Programa da Unidade Popular estava previsto a criação do Instituto Nacional del Arte y la Cultura (INAC) para incentivar a criação de centros de cultura popular, como bem destaca o documento: "Crear de nuovo la fuerza de nostra cultura. Reinvindicar la cultura latinoamericana sin sentirmos inferiores. Al contrario, orgullosos de los arborígenes que trazaron los caminos iniciales de nostra raza".

Em 1971 foi criada a Editora Nacional Quimantú com o objetivo de permitir o acesso das camadas populares à produção literária nacional. As políticas públicas chilenas no campo cultural atraíram muitos intelectuais e artistas para a entrada no Chile, principalmente quando os países latino-americanos ampliavam a burocracia e as perseguições políticas com o avanço e endurecimento das ditaduras militares, como no caso do Brasil.

O governo de Allende se tornou um local de refúgio e salvo conduto para muitos intelectuais provindos de outros estados sul-americanos, o que lhe conferiu um caráter transnacional. O Chile tornou-se o local ideal para seguir na luta e na resistência contra as ditaduras militares, por intermédio de denúncias e de movimentos que dessem visibilidade à mobilização das esquerdas latinas.

As denúncias movimentavam um perigoso jogo político e preocupavam os governos vizinhos e também os norte-americanos. A situação política do Chile passou a ter repercussões negativas no Brasil. Nesse período estava à frente do governo o presidente Emilio Garrastazu Médici, que teve sua administração marcada pelo nacional-autoritarismo, com a ambição de consagrar o Brasil a uma Grande Potência.

O Brasil buscava brechas para a sua entrada no sistema internacional, e o Chile representava uma oportunidade, ou seja, apoiar um golpe contra o governo de Allende, além de calar os opositores que estavam exilados, também aproximaria o Brasil dos Estados Unidos, apoiado pelo tema das fronteiras ideológicas.

O governo brasileiro mostrava descontentamento com o governo chileno por permitir que os brasileiros que estavam residindo no Chile estivessem divulgando declarações, consideradas contrárias

ao governo militar. O Chile, por sua vez, seguiu recebendo os militantes brasileiros perseguidos pela ditadura militar e se responsabilizou totalmente pela acolhida dos banidos pelo regime, disponibilizando alojamento coletivo, assegurando a alimentação e oferecendo oportunidade de trabalho e a possibilidade de estudo (ROLLEMBERG, 1999).

A RESISTÊNCIA CULTURAL NO CHILE DE ALLENDE

A cultura é uma forma de resistência, de combate, de imperialismo e também de domínio. No período da repressão, o silenciamento do discurso de oposição marca uma nova forma de resistência, a resistência velada. No Brasil, por exemplo, muitos artistas e intelectuais compõem músicas, obras literárias e peças de teatro com uma mensagem nas entrelinhas, é o significado que transcende os limites do "dito". Segundo Orlandi (1997, p. 23): "Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante".

No período seguinte aos anos de chumbo, muito trabalhos e pesquisas foram dedicados ao estudo do não-dito e das suas formas de resistência. Enquanto alguns intelectuais que permaneceram no Brasil conseguiam transcender os limites impostos pelos censores para a aceitação e divulgação de suas produções, utilizando o não-dito, outros lutavam no exílio para sobreviver e resistir na defesa de suas convicções.

O exílio representou a fuga de políticos, militantes, economistas, professores e intelectuais que fizeram franca oposição à ditadura. De acordo com os estudos de Rollenberg (1999), os exilados brasileiros podem ser classificados em duas gerações: a primeira composta em maioria por políticos e a segunda formada por militantes que saíram do Brasil após o Ato Institucional número 5. Entre os países de acolhida se destacam o Chile de Salvador Allende e, posteriormente ao golpe que pôs fim a esse governo, o destino principal tornou-se a França.

Entre as dificuldades encontradas pelos pesquisadores sobre a ação dos exilados no exterior está justamente o número exato de pessoas que precisaram deixar o país, de maneira geral, e em especial aqueles cujo destino era o Chile. As movimentações eram intensas, tanto dentro de cada país acolhedor como em trânsito transnacional. Entre os exilados, podemos afirmar que havia professores, estudantes, operários, cineastas, sindicalistas, músicos e políticos.

Dessa maneira, consideramos de grande importância entender o capital político e intelectual dessas movimentações além fronteiras. Esses processos migratórios conduziram Tilly (2000) a estudar a estrutura de oposição que foi gerada por meio desse ativismo político e intelectual que modificou os espaços e alargou a zona de influência, lançando a tese da "metamorfose total das estruturas".

O local de acolhida torna-se lugar de contestação que passa por processo de resignificação. O espaço além fronteiras é o novo teatro de resistência, assim estamos considerando o aspecto temporal, histórico, espacial e geográfico. A análise desses aspectos concomitantemente é indispensável para compreendermos as atividades dos militantes no exterior, pois tratamos aqui de uma movimentação e mobilização política transnacional.

Na afirmação da importância do lugar, do fator espacial, para o entendimento dessa ação política, Charles Tilly defende a narrativa da "geografia simbólica", ou seja, o lugar como um centro de representação de poder. A geografia simbólica engloba um estudo amplo sobre a simbologia dos espaços e o uso dos mesmos. Considerando assim, Tilly (2000, p. 137) afirma que: "monumentos emblemáticos, locais ou edifícios em dramatização de demandas, e a luta pelo controle de espaços públicos cruciais na validação de reivindicações de poder político" fazem parte da geografia simbólica.

O espaço geográfico, no contexto de suas particularidades, tornou-se um lugar potencial de contestação política pelo alinhamento de ideias no campo nacional e internacional. O Chile, de Salvador Allende, representa no período um lugar seguro para resistir física e intelectualmente aos novos acontecimentos que arrastam a América Latina pouco a pouco para a instalação de governos autoritários.

No Brasil, o fluxo de saída de intelectuais, professores e acadêmicos inicia e se intensifica após 1968. Entre muitos exilados que poderíamos citar, destacamos: Jesus Soares Pereira (1910- 1974), economista e técnico do Ministério da Agricultura; Josué de Castro (1908-1974), médico, pesquisador e professor que se dedicou seus estudos aos problemas da fome; Paulo Freire (1921-1997), educador e filósofo que escreveu a "Pedagogia do Oprimido"; Mário Pedrosa (1900-1981), advogado, escritor, jornalista, crítico de arte e ativista político; Fernando Henrique Cardoso (1931-), professor, sociólogo, cientista político, escritor e político; Tabajara Ruas (1942-), escritor e cineasta; Fernando Gabeira (1941-), jornalista, escritor e político, entre muitos outros.

O movimento cultural e científico estimulado pelos exilados foi intenso. A saída do Brasil não representou o fim da militância e da produção cultural, pelo contrário, a resistência se intensifica justamente por intermédio do trabalho e da reafirmação das posições políticas. Para sustentar essa tese, analisaremos três exilados brasileiros que se refugiaram no Chile de Allende e que mantiveram a luta político-ideológica em contínuo movimento, são eles: Darcy Ribeiro (1922-1997), Ferreira Gullar (1930-2016) e Raul Ellwangler (1947-).

Darcy Ribeiro

Nascido em Montes Claros em 1922, Darcy era antropólogo e foi Ministro da Educação no período de 1962 a 1963, durante a presidência de João Goulart. Darcy Ribeiro, ao chegar no Chile, começou a prestar serviços para o governo do presidente chileno Salvador Allende, candidato da Unidade Popular (UP), que empreendeu a construção do socialismo naquele país. Conforme elucida Darcy Ribeiro (2014, p. 89): "Fui para o Chile trabalhar como assessor de Salvador Allende. Nunca participei de um empreendimento tão radical e tão generoso. Ali repensávamos com ousadia o mundo que era e planejávamos, ainda mais ousadamente, os mundos que deviam ser".

No momento em que muitos países começavam a ter governos ditatoriais, o governo de Allende representava uma esperança. Darcy entrou primeiramente no Chile com o propósito de trabalhar no *Instituto de Estudios Interdisciplinares* como professor e pesquisador. Assim, além de ministrar aulas nas áreas de História e Política Exterior, também coordenaria um grupo de pesquisa.

Mas a sua estada no Chile foi voltada para assessorar Allende, a quem havia conhecido em 1964, quando estava exilado no Uruguai, junto com João Goulart e outros políticos brasileiros. Como ele bem rememora: "(…) percebi, pela primeira vez, claramente, as dimensões continentais e mundiais de nosso fracasso e o seu terrível impacto sobre a luta de libertação da América Latina. Vi-o, depois, muitas vezes, principalmente quando passei a visitar o Chile, pouco antes de assumir a presidência" (RIBEIRO, 1979, p. 111).

Darcy Ribeiro fez parte do movimento intelectual transnacional que passou a agir como uma identidade além da área de trabalho e pesquisa. E não eram apenas os intelectuais brasileiros, pois o pensamento de resistência acaba tendo um caráter universal acima das nacionalidades, da mesma forma que a luta intelectual se descola das áreas de pesquisa, ou seja, são elaboradas reflexões sobre um amplo campo do saber, que assume preponderância diante das nacionalidades.

A ética ganhou destaque em seus escritos e a valorização do intelectual, principalmente aqueles envolvidos nesse árduo processo de exílio e intensas movimentações entre os países latino-americanos. E nesse interim reverbera o silêncio, como uma forma de garantia do movimento dos sentidos: "Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar na sua contradição constitutiva, (…) a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa" (RIBEIRO, 1997, p. 23).

Em sua obra Maíra, de 1976, Darcy Ribeiro trabalha com a identidade do povo brasileiro e faz crítica a constante colonização que o Brasil sofre no decorrer de sua história. O protagonista da história é o indígena Avá-Isaías, da comunidade Mairum, que foi civilizado pela obra missionária dos padres que

se localizavam nas proximidades de sua comunidade. Mostra a Igreja Católica e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como agentes civilizadores dos indígenas. Ele se contrapõe ao discurso do governo militar que defendia a integração e assimilação cultural dos indígenas ao sistema vigente. E Ribeiro (1979, p. 77) destaca:

> Pelo que vejo a coisa está muito bem urdida e justificada para que os índios fiquem na aldeia como índios e os agentes nos Postos como seus remotos tutores. O resultado é que eles jamais se integrarão nos usos e costumes da civilização. Mas é também que os funcionários da FUNAI não perderão seus empregos de burocratas-afazendados à custa da fazenda nacional.

Esse romance mostra a força do colonizador, que representa a "civilização" em busca de terras e sua contínua luta em perseguir esse ideal. Darcy Ribeiro critica as formas de tratamento conferido aos indígenas, tanto pela igreja quanto pelo governo militar, por meio dos agentes da FUNAI. Segundo Ribeiro (1979, p. 137):

> Há tantos séculos tem sido assim. Primeiro, foi na linha do mar, depois mais e mais para dentro. Agora é aqui no Iparanã. Avançará amanhã por onde houver mata virgem e nela índios e brancos que se guerreiam e se misturam. As poucas crias que vingam são celerados matadores como esse Juca. Não seria já tempo de parar? A Missão, por que não faz alguma coisa? E a FUNAI, por quê?

O pensamento crítico e independente ganha colorido na produção de Darcy, que viveu por doze anos no exílio nos seguintes países: Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e México. Entre as várias questões latentes nos depoimentos e trabalhos dos exilados estão o retorno para casa e para a família. Seria possível um dia retornar para os seus? Como recomeçar em terras longínquas e enfrentar as diferenças culturais e de língua? Poderiam ser os intelectuais seres supérfluos ao país?

Daí a importância da tese sobre o lugar e a geografia simbólica, visto que nesse espaço ocorre a confluência, a formação de uma rede de pensadores dedicando sua vida à resistência e ao enfrentamento às adversidades por meio do conhecimento científico, do poder das ideias, das discussões e debates epistêmicos e da criação de muitas obras nos mais diversos campos de atuação.

Raul Moura Ellwangler

Raul nasceu em 1947, em Porto Alegre, é músico e participava dos muitos festivais que ocorriam nos anos 60 no Brasil. Em 1966 ingressou no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e passou a fazer parte do movimento estudantil da universidade. Dessa forma, não tardou a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

Essa organização se formou a partir da união do Comando da Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sendo integrada por outros militantes das mais diversas partes do Brasil. Além de desempenhar ativamente a política de resistência contra o governo militar, Raul também participava de vários festivais musicais, como o II Festival Sul-brasileiro da Canção, pertencente ao festival "O Brasil Canta no Rio" da antiga TV Excelsior, em 1968, onde sua canção "O Gaúcho" foi finalista. Abaixo registramos a estrofe de "O Gaúcho":

> Vou pelos campos da minha terra
> Sem patrão e sem espera, laçador de boa mão
> Tenho o destino da boiada
> Rodo, rodo pela estrada, ando atrás não sei de não.

O movimento político estudantil ligado a VAR Palmares e a sua participação nos festivais chama atenção das autoridades governamentais e Raul acabou sendo indiciado na Lei de Segurança Nacional como integrante de organização proibida. Assim, ele passou para a clandestinidade e em 1970 fugiu para Santiago do Chile onde foi para a Universidade de Concepción, como ele bem elucida: "Aí entrei lá na Universidade, me receberam, ganhei moradia, ganhei bolsa. Entrei para a Faculdade de Sociologia, estudei com belíssimos professores lá" (ELLWANGLER, 2011).

Naquele período, a política no Chile auxiliava os estudantes com alojamentos, alimentação, assistência médica, dentária e psicológica, sendo que a Universidade de Concepción tinha como norte o acolhimento aos estrangeiros. Como bem explica Raul (2011): "Essa Universidade Concepción era uma Universidade, na verdade, de integração nacional, ela era toda com bolsistas e com seleção regionalizada pelo país".

Em 1971 ele se transferiu para a Universidade do Chile, em Santiago, onde permaneceu até o fim do governo de Salvador Allende. Na capital chilena, contou com o auxílio de outros exilados que pertenciam a CEPAL, ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e também à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), como por exemplo, Fernando Henrique Cardoso. Então passou a trabalhar como jornalista e músico para sobreviver, conforme afirma (ELLWANGLER, 2019): "Trabalhei um pouco como jornalista, um pouco como tradutor. Tocava amadoristicamente em ´peñas´ (saraus chilenos), eventos em solidariedade ao Brasil. O primeiro que tocamos foi no dia 7 de setembro de 71, na famosa Peña de los Parras".

No final do governo de Allende, a situação dos estrangeiros ficou mais difícil, como bem explica Raul (2019): "Aí foi espantoso, um dos piores períodos da minha vida. Fiquei mais um mês e meio clandestinamente no Chile. Minha casa foi invadida na primeira noite". As perseguições foram se intensificando e Raul resolveu se mudar para a Argentina.

Entre as obras de destaque de Raul Ellwangler está a música “Pealo de Sangue”, criada em 1979, tendo um forte apelo político. A necessidade da terra tanto como sustento quanto como identidade e lar é um dos pontos altos da música, que também faz alusão à tristeza daqueles que se encontram longe dos pagos e gostariam de voltar para casa. Eis um pequeno trecho de Pealo de Sangue:

Que mistérios trago no peito
Que tristezas guardo comigo
Se meu sangue é colono, é gaúcho
Lá no campo é que encontro abrigo
O cheirinho da chuva na mata
Me peala, me puxa pra lá
Quero só um pedaço de terra
Um ranchinho de santa fé

Ferreira Gullar

José Ribamar Ferreira adotou o pseudônimo de Ferreira Gullar. Nasceu em São Luís no Maranhão, foi um importante intelectual brasileiro, poeta, crítico de arte, político integrante do Partido Comunista e ensaísta brasileiro. Como militante, chegou a ocupar cargo de direção no referido partido e fez acirrada oposição ao governo militar por meio do teatro e de suas obras. Um dos importantes trabalhos realizados foi o poema político “Dois e dois são quatro”, escrito logo após o golpe de 64, conforme algumas estrofes abaixo:

Dois e dois são quatro
Como dois e dois são quatro
Sei que a vida vale a pena
Embora o pão seja caro
E a liberdade pequena
Como teus olhos são claros
E a tua pele, morena
Como é azul o oceano
E a lagoa, serena
Como um tempo de alegria
Por trás do terror me acena
E a noite carrega o dia
No seu colo de açucena

Quando os correligionários partidários começaram a ser procurados em consequência das operações após o AI-5, Gullar (2012) acabou sendo preso, como ele mesmo relata: “muita gente foi presa; inclusive eu”. No claro objetivo de evitar novas prisões e ter uma vida com menos sobressaltos, ele resolveu deixar o Brasil: “Eu fui para a clandestinidade em 70, para o exílio em 71, depois de um ano de clandestinidade; voltei em 77” (GULLAR, 2012).

Ele permaneceu dois anos na União Soviética, e após esse período foi morar no Chile de Salvador Allende, como bem afirma: "Quando eu saí da URSS eu fui para o Chile porque tinha terminado o tempo que eu poderia ficar na URSS" (GULLAR, 2016). A opção de mudar-se para o Chile foi idealizada pelo Partido Comunista como uma forma de se livrar da repressão, como reverbera Gullar (2016): "Então a conselho da própria direção do partido e das informações que se tinha eu fui para o Chile, que era o país dirigido pelo presidente Allende, que era socialista e então era um lugar propício para uma pessoa clandestina como eu".

No Chile vivenciou a dificuldade de articulação dos grupos de esquerda em amenizar as dissidências internas que ocorriam, conforme seu relato (GULLAR, 2012): "Com a experiência chilena eu aprendi uma enorme lição, porque eu vi ali o quanto a revolução era difícil". O Presidente Allende estava sendo pressionado por vários setores da sociedade chilena, mas principalmente pelos camaradas de esquerda, como afirma Gullar (2012): "A extrema esquerda pressionando o Allende, ele querendo salvar a situação e os próprios companheiros aliados radicalizando, como sempre dando força ao inimigo".

Todos os esforços feitos por Allende resultaram numa luta inglória e no desfecho já conhecido pela história, como bem critica Gullar (2012): "Marchando, fingindo ter armas, fingindo coisas que não tinham, fingindo que estavam preparando luta armada e um golpe em cima dos próprios militares e coisas das mais absurdas, fortalecendo a direita, que terminou depondo o regime".

Quando o governo Allende foi deposto, Gullar seguiu para Buenos Aires, na Argentina, e lá solicitou um novo passaporte, mas a Embaixada do Brasil negou o fornecimento do documento, como reclama Gullar (2016): "O que é um absurdo, porque qualquer cidadão deve ter direito a um passaporte, mas como eu era comunista, a embaixada democrática decidiu não me dar o passaporte". Dessa forma, ficou na Argentina sem poder sair para outro país, como ele bem coloca: "Aí não tinha como resolver mais, eu estava condenado a ficar em Buenos Aires, ou sair, mas os países em volta já eram tudo ditadura" (GULLAR, 2016).

Toda essa movimentação num período de clandestinidade fez com que Gullar produzisse uma importante obra literária, "Poema Sujo", que nasceu fruto de um período de convulsão, protesto, indignação e vontade de mudança. Gullar (2016) assim descreve esse momento:

> Então estas mudanças, que são coisas que você não governa…
> ir para o Chile, morre o Allende…
> isso tudo que eu estou contando para você,
> me levou a escrever esse poema que não é
> um poema político.
> Ele é isso, ele é um poema de uma situação política, de um impasse,
> mas o objetivo não é fazer denúncia política…
> é a minha vida.

"Poema Sujo" foi escrito em 1975, durante seu exílio na Argentina, em Buenos Aires. A obra reflete o momento vivido pelo intelectual e corrobora toda análise aqui desenvolvida quanto aos movimentos culturais e intelectuais realizados pelas fronteiras latino-americanas e a importância de estudar a participação ativa de tantos professores, militantes, políticos e intelectuais no Chile de Allende. Eis um pequeno fragmento desse poema:

> e era dia
> como era dia aquele
> dia
> na sala de nossa casa
> a mesa com a toalha as cadeiras o
> assoalho muito usado
> riso claro de Lucinha se embalando na rede
> com a morte já misturada
> na garganta
> sem que ninguém soubesse
> – e não importa –
> que eu debruçado no parapeito do alpendre
> via a terra preta do quintal
> e a galinha ciscando e bicando
> uma barata entre plantas
> e neste caso um dia-dois
> o de dentro e o de fora
> da sala
> um às minhas costas o outro
> diante de meus olhos
> vazando um no outro
> através de meu corpo
> dias que se vazam agora ambos em pleno coração de
> Buenos Aires
> às quatro horas desta tarde
> de 22 de maio de 1975
> trinta anos depois

Darcy, Raul e Ferreira Gullar fazem parte do grupo de intelectuais e políticos que, por meio da palavra ativa, resistem a uma narrativa hegemônica de governo. Suas obras refletem a ideologia do movimento de esquerda, mostrando na sua produção o poder do lugar e do espaço, bem como reafirmam a importância de analisar essas produções sob a ótica da teoria social do discurso.

CONCLUSÃO

Neste estudo apresentamos três intelectuais brasileiros que estiveram exilados no Chile no período do governo de Salvador Allende. O Chile, nesse período, tornou-se um porto seguro para muitos políticos e intelectuais de esquerda no momento em que a centralização política se mostrava cada vez mais acirrada entre os países latino-americanos.

O governo socialista de Allende colocou em execução o programa de governo defendido pela União Popular e, no campo internacional, ofereceu auxílio e abrigo aos refugiados políticos. As universidades chilenas se tornaram polos de atração para esses intelectuais manterem suas pesquisas, produção acadêmica e ministrarem aulas e cursos. Entre as principais bandeiras levantadas pela União popular estão o anti-imperialismo, anticolonialismo e antineocolonialismo.

O Chile no período de Allende é um recorte temático temporal que permite analisar o poder simbólico do espaço geográfico defendido por Tilly. A simbologia ligada ao espaço produz um discurso social que pode ser analisado nas palavras dos intelectuais que sofreram a experiências de pertencer a esse lugar no período de 1970 a 1973.

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas realizadas com os autores e se utiliza, principalmente, da análise das obras literárias produzidas durante o período de exílio, pois sustentamos que a palavra é um agente ativo na construção da cultura, da narrativa e do discurso e encontra seu lugar de manifestação contra uma narrativa hegemônica de Governo, nas obras de muitos intelectuais. A experiência vivida no Chile de Allende é sentida e encontrada nas suas obras, como o "Maíra" de Darcy Ribeiro, "Pealo de Sangue" de Raul Ellwangler e o "Poema Sujo" de Ferreira Gullar.

A teoria do discurso social mostra a realidade interpretativa da narrativa de acordo com sua forma, conteúdo e interpretação. Desta forma, o discurso social leva em consideração o local de fala e a influência do lugar e do contexto histórico e social sobre a narrativa. As obras dos intelectuais analisados são contrarrevolucionárias e fazem franca oposição ao discurso hegemônico do governo militar.

A pesquisa mostra que independentemente da filiação partidária e do próprio ativismo partidário, os três intelectuais analisados produziram uma narrativa de protesto e de resistência a partir de pensamento crítico e independente. Essas vozes transcenderam os limites nacionais e reverberaram a ética, a democracia, os direitos humanos e a luta contra o discurso hegemônico dos donos do poder.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

ANGENOT, M. "La Notion d'Arsenal Argumentatif". **En Rétor**, vol. 2, n. 1, 2012.

ANGENOT, M. **El discurso social**: Los límites históricos de lo pensable y lo decible. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

ANGENOT, M. **Interdiscursividade**s: De hegemonías y disidencias. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

ANGENOT, M. **Vivre dans histoire au 20 siècle**: éme esquisse d´une histoire subjetive mémoires, déchiffrement, mandats craintes et espérances. Montréal: Discours Social, 2008.

BAKHTIN, M. **Teoria do Romance**: a estilística. São Paulo: Editora 34, 2015.

BERNAL-MEZA, R. "Política exterior de Argentina, Chile y Brasil: perspectiva comparada". *In*: SARAIVA, J. F. S. (orgs.). **Foreign policy and political regime**. Brasília: IBRI, 2003.

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2004.

CHILE. **Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular**. Santiago de Chile: Biblioteca Nacional do Chile, 1969. Disponível em: <www.memoriachilena.gob.cl>. Acesso em: 12/02/2025.

DREIFUS, R. **A internacional capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

ELLWANGLER, R. "Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, em 07 de julho de 2011, em Porto Alegre, RS, para o Projeto Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil". **Portal Eletrônico da UFRGS** [2011]. Disponível em: <www.ufrgs.br>. Acesso em: 24/03/2025.

ELLWANGLER, R. "Os crimes seguem existindo, esses caras todos têm que ser julgados". **Brasil de Fato** [2019]. Disponível em: <www.brasildefators.com.br>. Acesso em: 28/03/2025.

FAIRCLOUGH, N. "A dialética do discurso". **Revista Teias**, vol. 11 n. 22, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

GULLAR, F. "Entrevista concedida a Ana Paula Kojima Hirano - Um encontro com Ferreira Gullar". **Revista PHILIA - Filosofia, Literatura e Arte**, vol. 3, n. 1, 2016.

GULLAR, F. "Entrevista concedida a Marcelo Ridenti - Cultura e política – entrevista com Ferreira Gullar". **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, n. 7, 2012.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

REBOULLET, A. **L'enseignement de la civilization française**. Paris: Hachette, 1973.

RIBEIRO, D. **Confissões**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, D. **Ensaios Insólitos**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1979.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, D. **Maíra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, D. **Tempos de turbilhão**: Relatos do Golpe de 64. São Paulo: Editora Global, 2014.

ROLLEMBERG, D. **Exílio**: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

TILLY, C. “Spaces of Contention”. **Mobilization: An International Journal**, vol. 5, n. 2, 2000.

TYLOR, E. **Primitive Culture**. Nova York: Henry Holt, 1889.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

WASSERMAN, C. “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”. **História Unisinos**, vol. 16, n. 1, 2012.

WHITE, L. **The science of culture**: a study of man and civilization. Nova York: Farrar, 1949.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 65 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima